

LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LAI

Lei Federal nº 12.527/11

Lei Distrital nº 4.990/12 – Decreto 34.276 de 11 de abril de 2013



**Acesso à
Informação**

Relatório Anual – 2017

BRB – Banco de Brasília S.A.

1. APRESENTAÇÃO

O acesso a informações produzidas e armazenadas pelo Estado é um direito fundamental do cidadão, garantido pela Constituição Federal de 1988.

No Distrito Federal, esse direito é regulamentado pela Lei Distrital nº 4.990, de 12 de dezembro de 2012, elaborada nos termos da Lei Federal nº 12.527, de 2011, conhecidas como Lei de Acesso à Informação – LAI.

A partir da LAI, por meio do SIC – Serviço de informação ao cidadão, disponível em nosso sítio na internet, o cidadão pode solicitar acesso a qualquer informação produzida ou custodiada pelo Estado, de acordo com os procedimentos, e prazos previstos, desde que não tenha caráter sigiloso.

Este relatório apresenta, de forma sintética, dados estatísticos dos pedidos de informações encaminhados ao BRB – Banco de Brasília, por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – e-SIC, no ano de 2017.

2. PEDIDOS REGISTRADOS NO ANO DE 2017

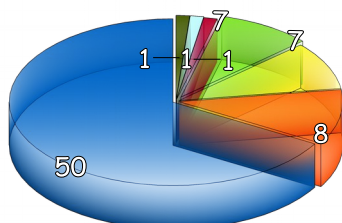
No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, o Banco de Brasília recebeu 75 pedidos de informação por meio do sistema e-SIC e 10 deles apresentaram recurso, sendo todos devidamente respondidos.

PEDIDOS DE INFORMAÇÃO *													
2017	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
	5	1	22	10	9	10	3	1	6	1	4	3	* 85

* Nesse montante estão inclusos 10 pedidos de recurso solicitados no período

CLASSIFICAÇÃO DOS PEDIDOS		
	QUANTIDADE	%
ACESSO CONCEDIDO	50	66,67
NÃO É UM PEDIDO DE INFORMAÇÃO	8	10,66
ACESSO NEGADO	7	9,34
INFORMAÇÃO INEXISTENTE	7	9,34
ACESSO PARCIALMENTE CONCEDIDO	1	1,33
ÓRGÃO NÃO TEM COMPETÊNCIA	1	1,33
PEDIDO INEXISTENTE	1	1,33
TOTAL	75	100%

Classificação dos pedidos



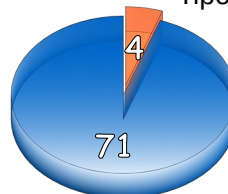
- Acesso concedido
- Não é um pedido de informação
- Pergunta duplicada
- Acesso negado
- Inexistente
- Órgão não em competência
- Pergunta duplicada

3. PERFIL DOS REQUERENTES

Tipo de pessoa

	Quantidade	%
Pessoa Física	71	94,66
Pessoa Jurídica	4	5,34
TOTAL	75	100%

Tipo de pessoa

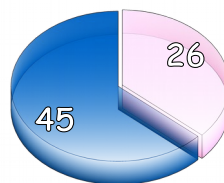


- Pessoa Física
- Pessoa Jurídica

Sexo

	Quantidade	%
Masculino	45	63,38
Feminino	26	36,62
TOTAL	71	100%

Sexo

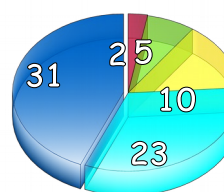


- Masculino
- Feminino

Escolaridade

	Quantidade	%
Pós graduação	31	43,66
Médio	23	32,40
Superior	10	14,08
Mestrado/Doutorado	5	7,04
Não informado	2	2,82
TOTAL	71	100%

Escolaridade



- Pós graduação
- Médio
- Superior
- Mestrado/Doutorado
- Não informado

4. RECURSOS REGISTRADOS

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, dos 10 recursos apresentados, 2 foram para a 2ª instância e 1 para a 3ª instância (CGDF). O recurso é um direito concedido ao cidadão quando este discorda em todo ou parte da resposta dada a seu pedido original. Os recursos foram assim distribuídos.

Instância dos recursos		
	Quantidade	%
1ª instância	10	76,92
2ª instância	2	15,38
CGDF	1	7,70
TOTAL	13	100%

Justificativa do cidadão		
	Quantidade	%
Informação incompleta	8	61,54
Informação recebida não corresponde à solicitada	3	23,08
Justificativa para o sigilo insatisfatória/não informada	1	7,69
Outros	1	7,69
TOTAL	13	100%

5. CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, o Banco de Brasília S.A. não teve informação desclassificada ou classificada em grau de sigilo, nos termos da Lei Distrital de Acesso à Informação.



Lei Federal nº 12.527/11 – Lei Distrital nº 4.990/12
Relatório Anual 2017 BRB – Banco de Brasília S.A.